



## EDITORIAL

A educação brasileira tem passado por transformações constantes, pois temos assistido atualmente, um momento histórico regressivo com perdas de direitos, cortes de recursos em todas as áreas de nossa sociedade. Apresentamos os textos que compõem esse segundo número da *Revista POLIGES*, os quais fazem um esforço analítico-reflexivo em relação às considerações sobre justiça social, políticas inclusivas e considerações sobre democracia. Salientamos que os quinze artigos aqui apresentados foram produzidos por professores, pesquisadores e estudiosos provenientes de diferentes universidades brasileiras e de outros países, cujo conteúdo aborda temáticas que se complementam no sentido de produzir uma análise provocativa acerca das questões da política e da gestão educacional no Brasil.

O primeiro texto, intitulado “*A BNCC e o parâmetro do mercado para a qualidade do ensino: contrassenso a uma educação crítico-emancipatória*”, de autoria de Arlete Ramos dos Santos, Adelson Ferreira da Silva e Maria Isabel González Terreros, traz reflexões sobre a privatização da educação e as parcerias público-privadas da educação pública e como estas têm acontecido em escala mundial. Os/as autores/as salientam que no contexto educacional tais interesses têm se consolidado por meio de programas educacionais advindos principalmente do Banco Mundial – BM, de agências internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, de empresas e Organizações da Sociedade Civil que buscam consolidar o projeto neoliberal na educação. A partir de um recorte sobre a área de Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua pedagogia das competências, os autores apresentam a conclusão de que a Base tem servido como suporte para a consolidação desses

interesses empresariais na educação, implementando uma educação conservadora em detrimento da perspectiva crítico-emancipatória.

Na sequência temos o artigo de Penildon Silva Filho, no qual, o autor analisa a *“Lei de Responsabilidade Fiscal e os investimentos em educação nos municípios da Bahia (2007-2011), Brasil: uma contradição institucional”*. As reflexões demonstram que a LRF objetivou normatizar limites para a gestão pública em vários aspectos, inclusive nos gastos com folha de pessoal. Salienta, ainda, que o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb aumentou em 1400% a partir de 2007 as transferências da União para os estados e municípios. O ponto fulcral do artigo, com base nas análises apresentadas, está no fato de que essas duas leis se encontram em contradição, pois a LRF estabelece um limite máximo de gastos com pessoal, enquanto o Fundeb estabelece um mínimo de investimento em profissionais da Educação superior àquele limite permitido pela LRF.

O terceiro artigo apresenta a temática *“Caminhos da política educacional cearense, entre ações e intenções: professor diretor de turma em questão”*, de autoria de José Wandsson do Nascimento Batista, Vitória Chérída Costa Freire, Lia Machado Fiuza Fialho e Cristine Brandenburg. O artigo aborda a Política Educacional do Estado do Ceará e seu alinhamento à ideologia neoliberal, que acarretou modificações no contexto educacional, especificamente a implementação do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), por meio de uma pesquisa qualitativa e desenvolve estudo de cunho teórico, crítico e reflexivo acerca do PPDT. Os/as autores/as concluem que o PPDT é uma política educacional que impõe a corresponsabilização do professor à frente do projeto com questões inerentes à gestão da escola, além de precarizar a atuação reflexiva em sala de aula, priorizar a obtenção de resultados e sobrecarregar o ofício docente.

O próximo texto apresenta como título *“A disputa reacionária pela educação: reflexões para além da educação escolarizada”*, de autoria de Hilheno Oliveira Miranda e Ennia Débora Passos Braga Pires. As discussões têm como foco o Movimento Escola sem Partido, o qual é definido pelo autor e a autora “como um movimento reacionário que surgiu no Brasil e que tem conseguido pautar a educação nacional, mesmo sem ter um projeto de lei que o respalde nacionalmente”. A intenção dos pesquisadores é apresentar contribuições que problematizam a

educação escolarizada e que mostram que a visão de mundo das pessoas também é forjada em outros espaços que extrapolam os muros das instituições de ensino. A conclusão é de que existe a necessidade de se ampliar estudos e debates sobre o movimento como uma forma de enfrentamento diante do clima de intolerância que pode dar sustentação aos regimes autoritários e antidemocráticos.

O quinto texto, intitulado “*Notas acerca da educação escolar quilombola no Brasil*”, de autoria de Vangéria Teixeira Kunhavalik e Arlete Ramos dos Santos, apresenta uma discussão acerca das implicações do capitalismo na educação quilombola na sociedade brasileira. De acordo com as autoras, a Educação Escolar Quilombola, apesar da sua imensa importância para atender comunidades remanescentes, povo historicamente excluído e desassistido, nem sempre é contemplada, pois as políticas implementadas têm favorecido os interesses do capital.

O artigo seguinte apresenta um estudo sobre as “*Políticas públicas e docência no contexto da pandemia no norte do Brasil*”, cujos autores são: Lucas de Vasconcelos Soares e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, o qual traz uma discussão sobre a dinâmica do ensino remoto e da pandemia nas instituições públicas de ensino, cujos efeitos desta organização na docência, reflete no papel das políticas públicas neste processo de mudanças e novos percursos. Utiliza-se como *lócus* de problematização o contexto educacional da região norte do Brasil.

O oitavo texto “*Políticas públicas na educação do campo: a formação docente no município de Serra do Ramalho-BA*” tem como autoras Inaiara Alves Rolin e Edna Souza Moreira. A pesquisa teve como sujeitos a direção e os professores de uma escola do campo da cidade de Serra do Ramalho, além da coordenadora geral de educação do município. A coleta de dados se deu por meio de questionário, entrevista semiestruturada, diário de campo e estudo documental. A análise dos dados permitiu construir uma visão mais ampla a respeito dos significados atribuídos à educação do campo, à formação específica para atuar nessa modalidade de educação, bem como, a visão desses sujeitos a respeito do tipo de educação que é oferecida aos povos do campo. Os dados mostraram, também, a necessidade de ampliar as oportunidades de formação inicial e continuada específicas para os educadores do campo, com vistas a oportunizar a construção de habilidades que os

instrumentalizem para desenvolver práticas que respeitem a cultura camponesa e contribuam para a construção da autonomia dos povos do campo.

Silvano da Conceição e Alessandro André Leme são autores do artigo sobre a “*Democracia e estado moderno no contexto global: dilemas e contradições*”, no qual apresenta discussões sobre o Estado Moderno e a evolução da Democracia. Para tanto, realizam discussões sobre as temáticas propostas, passando pelas abordagens de alguns teóricos dos séculos XIX e XX, chegando às formulações de autores contemporâneos. As análises perpassam sobre as seguintes temáticas: liberalismo, globalização, mundialização, capitalismo, as quais são avaliadas como temas fundamentais para desenvolver uma análise mais completa da Democracia e do Estado Moderno.

Dando continuidade, apresentamos o texto de Elenice de Brito Teixeira Silva, Eugênia da Silva Pereira e Jany Rodrigues Prado, cujo título é “*As disputas no campo da política de educação infantil no contexto da pandemia*”. As autoras destacam que a Educação Infantil se situa nas encruzilhadas postas pela situação de distanciamento social provocada pela Covid-19, de modo que esta pandemia tornou pública sua centralidade como política de promoção do desenvolvimento da primeira infância e, ao mesmo tempo, colocou a pesquisa e a Pedagogia em estado de mobilização nacional pelos direitos dos bebês e crianças, sem ferir os princípios basilares conquistados com a luta dos movimentos de mulheres nos últimos cinquenta anos. Destacam a importância de, depois de passado um ano, avaliar quais articulações foram possíveis para construir uma política de Educação Infantil inteiramente singular com vistas a reposicionar as relações entre famílias e escolas no compartilhamento do cuidado e educação dos bebês e crianças.

O texto seguinte é “*Currículo, educação antirracista e a literatura negro-brasileira*”, e tem como autores/as: José Jair Brandão, Márcia Cristiane Ferreira Mendes e Luciana de Moura Ferreira. As reflexões destacam que os currículos têm abordado os conteúdos afro e o uso da literatura como recurso de internalização cultural, e concluem que a educação se encontra distante de uma perspectiva mais inclusiva, pois, diante da história, a educação sempre foi e continua sendo negada ao negro, uma vez que no século XXI, a luta permanece por direitos de igualdade e equidade.

O décimo segundo artigo nos convida a conhecer mais sobre o “*Direito à educação: a invisibilidade da EJA na BNCC*”. As autoras Daniela Lopes Oliveira Dourado, Ana Karine Loula Torres Rocha, Cinara Barbosa de Oliveira Morais e Maria de Fátima Sudré Andrade Bastos destacam as contradições e tensões provocadas pelo questionamento sobre qual espaço a Educação de Jovens e Adultos tem assumido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Realizam uma pesquisa documental em documentos oficiais primários: Constituição de 1988, a LDBN/96, o PNE/2014 e a BNCC. Concluem que a invisibilidade da EJA na BNCC revela o silêncio e a negação da modalidade nas políticas públicas da educação no Brasil no atual cenário.

“*Gestão democrática da escola: autonomia compartilhada pela participação social*” é o artigo seguinte, cujos autores são Liliane Borba Castro e Adenilson Souza Cunha Júnior. As discussões apontadas destacam a importância da gestão democrática no processo educacional, considerando a necessidade de articulação entre as ações pedagógicas e a função social da escola. Os autores buscam compreender como a atuação da equipe gestora pode possibilitar a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo, através da gestão compartilhada, uma autonomia construída pela participação social, a qual permite a legitimação do sucesso escolar.

O texto, “*Gestão escolar, trabalho pedagógico e educação do campo: análise de um contexto*”, de autoria de Terciana Vidal Moura e Juliane Queiróz Muniz Neri, apresenta uma importante discussão sobre a Educação do Campo na agenda pública, com destaque para o *Movimento Por uma Educação do Campo*, cuja tônica traz à baila um paradigma transformador da sociedade que visa à emancipação dos sujeitos, à superação das relações de trabalho excludentes e a produção de uma existência humana digna. As autoras observam que a Educação do Campo exige a transformação da escola, principalmente no que se refere à Gestão da escola/democratização do espaço escolar. As discussões apresentadas estão sustentadas em pesquisas finalizadas e em andamento vinculadas ao Grupo de Pesquisa Observale, Grafho e ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB.

Em “*Contextualização histórica e história educacional de Bom Jesus-PI*”, de autoria de Maria Aparecida Alves da Costa, Francinalda Machado Stascxak e Francisca Genifer Andrade de Sousa, as reflexões partem da história local e educativa de Bom Jesus, cidade nordestina do interior piauiense. O objetivo foi compreender, a partir da contextualização histórica, a história da educação de Bom Jesus, mediante pesquisa qualitativa do tipo histórica. Observa-se com base nos dados, que o referido município teve a sua história e constituição educativa estritamente ligada à atividade de grupos religiosos, que ali chegaram, e, ao construir uma capela, instigaram o desenvolvimento populacional e educativo. Porém, com a reconstituição histórica educacional de Bom Jesus pelos pesquisadores, é possível perceber que além da necessidade de maior conhecimento sobre o processo de expansão da escola, esse tipo de estudo é importante para compreendermos como tais questões refletem nos aspectos macrossociais dos espaços geográficos, no caso, o estado do Piauí e o Nordeste brasileiro.

Por fim, o texto “*Minha escola não existe? Política de expansão de vagas em interface com a regulamentação dos espaços*” os autores Érico José dos Santos, Cândida M<sup>a</sup> Santos Daltro Alves, Marcela Santos de Jesus e Nilson Carlos Nascimento dos Santos realizaram uma bela análise sobre a política de expansão da oferta de vagas para a Educação Infantil no Município de Itabuna-Bahia, caracterizado pela realidade do partilhamento do espaço do Ensino Fundamental com a Educação Infantil e trazendo considerações para o problema da ausência de avaliações constantes de políticas públicas implementadas nas escolas, as quais interferem na qualidade dos espaços, culminando assim com a manutenção da negligência dos direitos básicos de cidadania e de acesso aos serviços públicos.

Esperamos que a leitura atenta dos artigos que são disponibilizados possa provocar uma reflexão, a partir dos pontos de vistas dos autores desta edição, e, com isso, gerar novas análises, mais aprofundadas, que resultem em produções mais ricas.

Boa Leitura!!!!

**Profa. Dra. Arlete Ramos dos Santos**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil